



ID: 101219816

17-09-2022



d

Destaque

SETOR DA ENERGIA ATENTO A TAXA SOBRE LUCRO INESPERADO PEDE NOVA DESCIDA DO IVA

Fiscalistas alertam que caso o governo avance com a *windfall tax*, deve revogar a polémica CESE para evitar repercussões negativas para famílias e empresas. Setor espera que o OE para 2023 inclua apoios para aliviar contas da energia. *Texto: Sara Ribeiro*

A energia tem dominado o debate público. Os máximos nos preços do gás fizeram com que a inflação disparasse e a consequência tem sido uma fatura pesada para as empresas e para a carteira das famílias. Portugal, em linha com os congéneres europeus, tem apresentado alguns apoios para mitigar o impacto. Mas são suficientes? Que medidas são expectáveis no Orçamento do Estado (OE) para 2023? Estas são algumas das questões que vão ser debatidas esta terça-feira na conferência promovida pelo Dinheiro Vivo, no CCB, em Lisboa, dedicada ao tema: "Covid, guerra, inflação: Como deve adaptar-se a fiscalidade no OE2023".

Abriundo um pouco a cortina, alguns especialistas revelam que a introdução de uma taxa sobre lucros excessivos das petrolíferas, a revogação da contribuição do serviço rodoviário ou a aplicação de estímulos fiscais para quem invista na transição energética podem ser algumas das medidas que o governo vai introduzir no OE para 2023. E alertam para a necessidade de incluir apoios para aliviar as contas da luz e do gás das famílias, nomeadamente através da redução generalizada do IVA para 6%.

No que toca ao tão falado imposto sobre os lucros caídos do céu (*windfall tax*) que a União Europeia está a discutir aplicar, Francisco Guedes, coordenador do departamento fiscal da SRS Advogados,

alerta que, a avançar, "poderá significar a revogação da atual Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE), para evitar a penalização excessiva do setor e repercussões negativas para famílias e empresas".

A polémica taxa sobre o setor de energia, criada em Portugal em 2013 depois de Espanha ter começado a cobrar um imposto especial de 7% aos produtores de eletricidade, tem sido contestada judicialmente pelas empresas do setor desde a sua criação. E também se aplica a alguns produtores de energias renováveis. A associação que representa os produtores de energia limpa (APREN) tem apelado à alteração dessa situação. E este ano reforça o pedido para a CESE deixar de ser cobrada a todas as renováveis, até porque a "conta" do atual mecanismo ibérico, que prevê o travão dos preços do gás para a produção de eletricidade, está a ser paga pelas renováveis e alguns consumidores, defendeu Pedro Amaral Jorge, presidente da APREN.

Outra das medidas expectáveis, segundo o coordenador do departamento fiscal da SRS Advogados, passa pela "revogação da Contribuição do Serviço Rodoviário (recentemente julgada como violadora do Direito Europeu) e a anunciada suspensão da atualização da taxa de carbono nos combustíveis". Francisco Castro Guedes destaca ainda o eventual regresso do "AUTOvou-

cher" e "IVAucher", apoios que previam descontos no combustível e um benefício financeiro em restaurantes, alojamentos, atividades culturais ou na compra de livros escolares, respetivamente.

Redução do IVA

Luis Marques, *country tax leader* da EY Portugal, recorda que, face à atual crise energética, o governo já tomou algumas medidas, como o desagravamento do ISP nos combustíveis e, mais recentemente, no âmbito do pacote de apoio às famílias, a aplicação da taxa reduzida de IVA aos consumos de eletricidade para determinados perfis de consumidores. Contudo, o especialista da consultora considera que "talvez o governo tenha de ser mais ambicioso, pois outros países da UE têm vindo a adotar medidas mais arrojadas". Quais? "Desde logo, a aplicação universal da taxa reduzida do IVA de 6% aos consumos de gás e de eletricidade de forma transversal. Seria, por certo, um alívio interessante para as famílias", acrescentou. Além disso, Luis Marques destaca que esta medida é neutra para as empresas, "pois sendo um IVA um imposto suscetível de recuperação no âmbito da atividade empresarial, a adoção desta medida não produziria grandes efeitos".

Uma posição partilhada pelos outros especialistas ouvidos pelo Dinheiro Vivo. O presidente da associação que representa as comercia-

lizadoras de energia (ACEMEL) não tem dúvidas de que "nesta crise energética, os dois agentes mais prejudicados na cadeia de valor do setor foram os consumidores e os comercializadores independentes (os que não estão verticalizados nem dispõem de significativo valor de produção)". Nesse sentido, Ricardo Nunes espera que as medidas de cariz económico e fiscal incidam maioritariamente sobre estes agentes. "À semelhança do que tem sido feito um pouco por toda a Europa, a redução de impostos e apoios financeiros específicos devem ser considerados se queremos continuar a contar com um setor dinâmico, inovador e sensível a políticas de transição energética".

Ainda sobre o domínio fiscal, o especialista da EY considera que o Executivo terá de procurar outras medidas, como incentivos financeiros, linhas de apoio e talvez medidas de estímulo fiscal às empresas que invistam fortemente em planos de transição energética como,

Especialistas defendem estímulos fiscais para fazer face a aumentos de 300% da fatura energética no caso de algumas empresas.

por exemplo, através da atribuição de um crédito fiscal na modalidade de dedução à coleta do IRC. "Este é um tema crítico, pois temos várias empresas em Portugal a sofrer bastante pressão com esta temática, uma vez que a fatura energética, em vários casos, terá aumentos superiores a 300%", alerta Luis Marques.

Olhando para o futuro, o presidente da ACEMEL diz que "não existe uma solução única" para a crise. "É quase como fazer uma quadratura do círculo". Mas sugere que o governo "deve continuar com o investimento em tecnologias renováveis, sem penalizar em demasia todas aquelas não renováveis que ainda necessitamos [gás], e tentar que as interligações da Península Ibérica sejam uma realidade, pois esse reforço fará com que tenhamos acesso a um *mix* energético mais diversificado e mais sustentável financeiramente".

Sobre o impacto desta atual crise, que começou ainda antes da guerra, nos planos da transição energética, o responsável da EY recorda que "a história mostra-nos que tempos desafiantes como os que vivemos são muitas vezes catalisadores da mudança". Apesar de a crise na energia ter levado a Europa a rever o encerramento das centrais a carvão e a importar gás natural de outros países, Luis Marques acredita que essas medidas são pontuais e revela que "o que vemos é, de facto, um acelerar dos investimentos em energias renováveis abundantes como o vento e o sol, para que, como no passado, sejam dados passos decisivos no caminho de uma maior independência energética, que hoje se quer descarbonizada".



dinheiro vivo

DELTA VENTURES Incubadora do grupo Nabeiro a todo o gás para acelerar empreendedores

Com um crescimento na ordem dos 400%, a unidade do grupo Nabeiro para o empreendedorismo vai ultrapassar 1 milhão de euros neste ano. A ambição é maior e o desafio foi lançado: estão abertas as candidaturas para o novo programa de aceleração *made in Delta*.



40 milhões
Solveverde.pt
investe forte
para melhorar
experiência
de jogadores

**Usados estão
a valorizar-se**
“O mesmo
carro vale
hoje mais 20%
do que há um
ano”, diz líder
da ANECRA



Novo negócio
Portugal Dive
quer levar
9 milhões
de turistas ao
fundo do mar

**Há 45 anos
em Portugal**
Na Coca-Cola,
99% das
embalagens já
são recicláveis

FISCALIDADE OE 2023

**Setor da
energia, atento
a taxa sobre
lucros
inesperados,
pede nova
descida do IVA**

ENTREVISTA DV-TSF
A VIDA DO DINHEIRO

**Rita
Marques**

SECRETÁRIA
DE ESTADO
DO TURISMO

**“Vamos
reativar
a linha de
microcrédito
com 3 milhões
de euros”**

